

Denúncia e advertência

APLAUDIDO na ONU, recebido internamente como um dos grandes momentos da afirmação brasileira no foro internacional, o discurso do Presidente José Sarney na abertura daquela Assembléia surge favorecido nas suas propostas pelos novos e espetaculares lances da estratégia econômica dos Estados Unidos e pelos primeiros sinais de mudança na ortodoxia monetarista do FMI em relação aos países endividados que lhe seguem a receita e a respectiva auditoria de reajustamento.

O GLOBO

AS MENSAGENS de conlamação, de denúncia e de advertência de Sarney, procurando sobretudo deslocar o problema da dívida externa do rígido tratamento técnico-econômico para o plano das avaliações e dos riscos sócio-políticos, tanto serviram ao nosso caso específico como à situação de todos os países hoje esmagados sob as pressões da inadimplência e do protecionismo. Mas serviram particularmente para espicaçar no mundo industrializado a consciência de que a dívida cobrada a ferro e fogo não rende apenas os juros de magnitude financeira muito acima da capacidade de pagamento dos tomadores de capital externo em circunstâncias mais benignas. Rende simultaneamente, e numa escala progressiva — talvez incontrolável —, os juros da recessão, do desemprego, da fome, da instabilidade política, da convulsão social, dividendos trágicos que não podem interessar a qualquer das partes envolvidas nesse relacionamento tão desigual.

AO RECLAMAR a negociação da dívida em sua dimensão política, o Presidente Sarney fez questão de ressaltar a isenção de inspirações e componentes ideológicos nesse enfoque. O Brasil não quer, portanto, liderar ou acompanhar um tipo de reação terceiro-mundista somente capaz de poluir a atmosfera mundial com retóricas demagógicas e quixotescas.

OS TERMOS da posição brasileira enquadram-se perfeitamente no contexto da filosofia democrática, da livre concorrência, do capitalismo privado. Sarney pode até ter carregado nas tintas verbais do seu discurso, porém tudo o que disse cabe nos parâmetros da democracia ocidental e só convém ao fortalecimento da proposta ocidental de desenvolvimento e liberdade, a serviço de uma sociedade socialmente justa. Não podemos, com efeito, aceitar programas de reajustamento econômico que signifiquem renúncia ao desenvolvimento e, logicamente, redução do nosso espaço de independência e soberania. Não po-

demos aceitar práticas e retaliações protecionistas que nos deixem sem condições de pagar, em qualquer prazo, os débitos contraídos junto aos mesmos parceiros que procedem de modo tão paradoxal para seus próprios interesses de resarcimento.

25 SET 1986

QUANDO o Presidente Reagan chegou recentemente a ameaçar com "represálias ilimitadas" os parceiros que estariam criando problemas para a economia e o comércio dos Estados Unidos, O GLOBO defendeu pontos de vista que a seguir se encaixariam nas atitudes novas e liberalizantes do Presidente americano e na anunciada correção de doutrina e de rumos do FMI diante da inflação brasileira, a partir do reconhecimento de que a recessão não é o meio eficaz para estabilizar preços e reajustar a nossa economia como um todo.

No artigo "Descendo à terra", de 9 do corrente, O GLOBO conclamava o Governo americano a baixar um pouco as vistas da "guerra nas estrelas" para a realidade do mundo em que o país está inserido, cujos problemas além de um amplo reordenamento econômico estão a impor outra ordem jurídica e moral. "Nessas condições — dizia o artigo —, quando se fala em direitos humanos, há que admitir que compreendem não sómente os direitos dos indivíduos, mas também os das nações. Tão repugnante quanto a tortura de pessoas é a tortura de coletividades pela fome e pelo desemprego. É fácil formular diretrizes de preservação dos direitos individuais. Difícil é reconhecer o direito das nações, porque isso implica o reconhecimento de deveres por parte da área mais desenvolvida em favor das regiões mais pobres." Noutro tópico o artigo observava que na busca da convivência pacífica "não basta lutar por um sistema comercial aberto, mas empenhar-se concretamente na implantação de uma distribuição mais equitativa da renda mundial".

DESTA VEZ o Presidente Sarney não falou a uma platéia de surdos. Decisões como a da desvalorização do dólar (benéfica para o Brasil em vários aspectos), a do veto de Reagan à onda protecionista americana, as que começam a flexibilizar o dogmatismo do FMI etc. sinalizam a aproximação de mudanças talvez decisivas para o advento da ordem econômica solidarista e da justiça social universalizada que o Presidente Sarney reclama na sua dramática, corajosa, realista e oportunamente mensagem à comunidade internacional representada na ONU.